

RESSALVA

Atendendo solicitação da autora, o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 12/12/2025.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de São José do Rio Preto

Mirian Roberta Pedrini

**Perfil e concepções de professoras de creches conveniadas
de um município do noroeste paulista**

São José do Rio Preto
2023

Mirian Roberta Pedrini

Perfil e concepções de professoras de creches conveniadas
de um município do noroeste paulista

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino e Processos Formativos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maévi Anabel Nono

São José do Rio Preto
2023

P371p

Pedrini, Mirian Roberta.

Perfil e concepções de professoras de creches conveniadas de um município do noroeste paulista / Mirian Roberta Pedrini.

-- São José do Rio Preto, 2023

168 p. : il., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto

Orientadora: Maévi Anabel Nono

1. Educação Infantil. 2. Formação-Professores. 3. Creches Conveniadas. 4. Perfil. 5. Concepções. I. Título.

Mirian Roberta Pedrini

**Perfil e concepções de professoras de creches conveniadas
de um município do noroeste paulista**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino e Processos Formativos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Maévi Anabel Nono
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto
Orientadora

Profa. Dra. Luciana Aparecida Nogueira da Cruz
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Profa. Dra. Tatiana Noronha de Souza
UNESP – Câmpus de Araraquara

São José do Rio Preto
12 de abril de 2023

AGRADECIMENTOS

A meu esposo Eduardo pelo companheirismo, paciência, apoio, sabedoria e alegria que traz para meus dias, mesmo nos mais difíceis.

À minha irmã Silene (in memoriam) pelo amor, cuidado, apoio e exemplo de ser humano.

À minha mãe Regina (in memoriam) e meu pai Antenor (in memoriam) por me mostrarem a importância do trabalho, da disciplina e da honestidade.

Aos meus amigos, amigas, colegas de trabalho e familiares, próximos e distantes, que tornam a jornada mais completa e prazerosa. Em especial minha amiga Mariana, pelas dicas, trocas e conselhos que muito contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos meus professores, que desde minha tenra idade dividem seu conhecimento e se tornaram inspiração.

Às profissionais das creches conveniadas que participaram, direta ou indiretamente desta pesquisa, pela disponibilidade e atenção.

Às professoras doutoras Tatiana Noronha de Souza e Luciana Aparecida Nogueira da Cruz, pelas contribuições enriquecedoras dadas nas bancas de qualificação e defesa.

E à minha orientadora Prof.^a Dra. Maévi Anabel Nono, pelo respeito, cuidado, atenção, paciência e por ter dividido junto a mim esta jornada, sempre solícita para guiar o caminho, corrigir o percurso e inundar os encontros de orientação com seu conhecimento.

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.

Paulo Freire (1992, p.155)

RESUMO

A história da Educação Infantil no Brasil evidencia marcas deixadas pelo assistencialismo e pela crise do Estado ocorrida na década de 1990. A pesquisa apresentada, de natureza quanti-qualitativa, tem como objetivo levantar o perfil e as concepções das docentes das creches conveniadas de um município do noroeste paulista, por meio do levantamento de dados sobre: a rede municipal de ensino; as informações pessoais e profissionais das professoras que atuam nas creches conveniadas do município e as condições de trabalho dessas professoras; e também mediante a descrição e análise das concepções das docentes de creches conveniadas sobre criança, Educação Infantil, função da creche, especificidades dos bebês de zero a três anos, necessidades formativas, e dos seus conhecimentos sobre legislação educacional referente a Educação Infantil. Para isso, disponibilizou-se as 287 docentes um questionário pelo *Google Forms*, com questões abertas e fechadas, respondido por 34,25% delas. A análise dos dados foi realizada por meio de focos de análise (MIZUKAMI *et al.*, 2002) e aponta que as docentes parecem possuir concepções claras sobre as potencialidades de desenvolvimento na Primeiríssima Infância e a importância que elas desempenham nesse processo, alegando que realizam propostas pedagógicas significativas e convidativas, planejadas de acordo com as especificidades da faixa etária, respeitando o tempo de aprendizagem e as preferências de cada criança, observando-as cotidianamente. Desta forma, as professoras demonstram reconhecer sua importância no processo educacional e sinalizam que o desenvolvimento profissional deve ser constante e que, para isso, necessitam de formação continuada sobre variados temas, especialmente relacionados à educação inclusiva, apesar de haver entre algumas docentes a percepção de desvalorização profissional. As professoras reconhecem que a creche precisa oferecer um espaço seguro e acolhedor e que proporcione bem-estar, com o cuidar e educar como ações indissociáveis. Em suas respostas, as professoras evidenciam a dimensão afetiva presente na creche e a importância da parceria entre escola e família, o que, em algumas respostas, percebe-se ainda ser frágil. Ao elencar os assuntos que gostariam de se aprofundar, as docentes marcam quais são suas angústias e, possivelmente, suas lacunas formativas, que escola e poder público necessitam observar e atentar, a fim de traçar estratégias que assegurem uma formação continuada voltada às necessidades desta parcela profissional e das crianças atendidas na creche. Os resultados revelam a necessidade de investimentos do poder público em maior tempo para formação continuada das docentes, durante a jornada de trabalho; contratação por concurso

público ou formas mais exigentes de seleção, com participação das secretarias municipais de educação; plano de carreira que considere formação acadêmica e tempo de serviço; valorização das professoras com salários condizentes com suas responsabilidades e acompanhamento e avaliação dos cursos de graduação em Pedagogia, especialmente os cursos na modalidade a distância. A garantia de oferta de Educação Infantil de qualidade é responsabilidade do Estado, pois uma sociedade democrática é aquela em que todos os sujeitos têm acesso a uma educação que lhes dê condições para o exercício pleno da cidadania.

Palavras-chave: Educação Infantil. Formação-Professores. Creches conveniadas. Perfil. Concepções.

ABSTRACT

The history of Early Childhood Education in Brazil shows marks left by assistance and by the crisis of the State that occurred in the 1990s. From northwest São Paulo, through data collection on: the municipal education network; the personal and professional information of the teachers who work in the municipal day care centers and the working conditions of these teachers; and also through the description and analysis of the conceptions of the teachers of the contracted day care centers about children, Early Childhood Education, daycare function, specificities of babies from zero to three years old, training needs, and their knowledge about educational legislation regarding Early Childhood Education. For this, a questionnaire was made available to the 287 professors using Google Forms, with open and closed questions, answered by 34.25% of them. Data analysis was carried out using analysis focuses (MIZUKAMI et al., 2002) and points out that the teachers seem to have clear conceptions about the development potential of Early Childhood and the importance they play in this process, claiming that they carry out proposals significant and inviting pedagogical activities, planned according to the specificities of the age group, respecting the learning time and preferences of each child, observing them on a daily basis. In this way, the teachers demonstrate their recognition of their importance in the educational process and indicate that professional development must be constant and that, for this, they need continuous training on various topics, especially related to inclusive education, although there is a perception among some teachers that professional devaluation. The teachers recognize that the day care center needs to offer a safe and welcoming space that provides well-being, with caring and educating as inseparable actions. In their responses, the teachers highlight the affective dimension present in the day care center and the importance of the partnership between school and family, which, in some responses, is still perceived to be fragile. When listing the subjects they would like to delve into, the teachers mark what their anxieties are and, possibly, their training gaps, which school and public authorities need to observe and pay attention to, in order to outline strategies that ensure continuing education aimed at the needs of this segment. professional and the children attended at the day care center. The results reveal the need for investments by the public authorities in more time for the continuous training of teachers, during the working day; contracting through public competition or more demanding forms of selection, with the participation of municipal education departments; career plan that considers academic training and length of service;

appreciation of teachers with salaries consistent with their responsibilities and monitoring and evaluation of undergraduate courses in Pedagogy, especially distance learning courses. Ensuring the provision of quality Early Childhood Education is the responsibility of the State, as a democratic society is one in which all subjects have access to an education that provides them with conditions for the full exercise of citizenship.

Keywords: Early Childhood Education. Teacher Education. Affiliated kindergartens. Profile. Conceptions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade das docentes.....	84
Gráfico 2 – Cor/raça autodeclarada.....	85
Gráfico 3 – Renda familiar.....	86
Gráfico 4 – Formação inicial das docentes sujeitos da pesquisa.....	88
Gráfico 5 – Tempo de conclusão da formação inicial.....	89
Gráfico 6 – Tempo de experiência na Educação Infantil.....	91
Gráfico 7 – Faixa etária das crianças atendidas por turma.....	95
Gráfico 8 – Quantidade de crianças atendidas por turno.....	95
Gráfico 9 – Número de adultos que atuam junto com as docentes sujeitos da pesquisa nos agrupamentos de crianças pelos quais são responsáveis.....	97
Gráfico 10 – Formação das estagiárias que atuam junto com as docentes sujeitos da pesquisa nos agrupamentos de crianças pelos quais são responsáveis.....	98

QUADROS

Quadro 1 – Produções disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES com o termo de busca <i>conveniada</i> , área de conhecimento <i>Educação</i> , período 2016-2021.....	70-71
Quadro 2 – Exemplos de respostas sobre a observação das crianças realizada pelas docentes no cotidiano escolar.....	101-102
Quadro 3 – Exemplos de respostas que evidenciam como as docentes caracterizam os bebês e as crianças bem pequenas.....	103-105
Quadro 4 – Exemplos de respostas das docentes no que se refere ao que as crianças gostam de fazer na creche.....	106
Quadro 5 – Exemplos de respostas das docentes no que se refere à necessidade de afeto das crianças.....	110
Quadro 6 – Exemplos de respostas das docentes no que se refere às consequências da pandemia de Covid-19 ou da ação da família no comportamento das crianças.....	111-112
Quadro 7 – Exemplos de respostas das docentes no que se refere à rotina na creche.....	113

Quadro 8 – Exemplos de respostas sobre a importância da creche oferecer um ambiente acolhedor.....	116-117
Quadro 9 – Exemplos de respostas das docentes sobre a oferta de um ambiente seguro na creche.....	118
Quadro 10 – Exemplos de respostas das docentes sobre o bem-estar proporcionado pela creche.....	118-119
Quadro 11 – Exemplos de respostas das docentes sobre a função da creche de cuidar e educar.....	119-120
Quadro 12 – Exemplos de respostas das docentes sobre a adequação dos espaços, materiais e atividades ofertadas às crianças.....	120-121
Quadro 13 – Exemplos de respostas das docentes sobre a função da creche de proporcionar aprendizagens e experiências significativas.....	122
Quadro 14 – Exemplos de respostas das docentes no que se refere à importância da capacitação e comprometimento dos profissionais da creche.....	123-124
Quadro 15 – Exemplos de respostas das docentes sobre elementos da função da creche não contemplados nas unidades em que trabalham.....	124-125
Quadro 16 – Exemplos de respostas das docentes no que se refere à dimensão afetiva da docência na creche.....	127
Quadro 17 – Exemplos de respostas das docentes no que se refere à profissionalização da docência na creche.....	128
Quadro 18 – Exemplos de respostas das docentes no que se refere ao sentimento de desvalorização profissional.....	129
Quadro 19 – Exemplos de respostas das docentes no que se refere ao trabalho desenvolvido na creche.....	130-131
Quadro 20 – Exemplos de respostas das docentes no que se refere à importância de estabelecer parceria entre creche e famílias.....	131
Quadro 21 – Exemplos de respostas das docentes no que se refere ao julgamento em relação ao comportamento das famílias.....	132
Quadro 22 – Exemplos de respostas das docentes no que se refere à ausência de documentos que norteiem o trabalho pedagógico.....	134-135
Quadro 23 – Exemplos de respostas das docentes no que se refere aos assuntos elencados que gostariam que fossem aprofundados.....	137-138

Quadro 24 – Exemplos de respostas das docentes no que se refere à preocupação com formação sobre educação inclusiva.....	139
--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fatores de Ponderação.....	45
Tabela 2 - Comparação dos dados do Censo da Educação Superior 2019- 2021.....	49-51
Tabela 3 - Quantidade de alunos matriculados nas creches conveniadas.....	80
Tabela 4 - Distribuição dos recursos humanos por escola conveniada.....	81-82
Tabela 5: Carga horária semanal das docentes sujeitos da pesquisa na escola conveniada.....	88
Tabela 6 - Tempo de experiência com crianças de 0 a 3 anos.....	92
Tabela 7 – Experiência em outras etapas de ensino.....	93
Tabela 8 - Agrupamento para atendimento na Educação Infantil no município pesquisado.....	96
Tabela 9 – Função exercida pelos adultos que atuam junto com as docentes sujeitos da pesquisa nos agrupamentos de crianças pelas quais são responsáveis.....	97
Tabela 10 - Atividades preferidas das crianças, de acordo com as docentes.....	108-109
Tabela 11 –Normativas e documentos citados pelas docentes referentes à Educação Infantil.....	134
Tabela 12 - Assuntos que as docentes gostariam de aprofundar nos momentos de estudos.....	136-137
Tabela 13 - Assuntos que as docentes gostariam de aprofundar nos momentos de estudos, relacionados à Educação Inclusiva.....	138-139

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno
CONAE	Conferência Nacional de Educação
EAD	Educação à Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FVC	Fundação Victor Civita
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEI	Instituição Conveniada de Educação Infantil
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PNE	Plano Nacional de Educação
SME	Secretaria Municipal de Educação
TD AH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
TEA	Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: O CAMINHAR	16
2	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL - DE MEADOS DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO XXI	25
3	CRECHES CONVENIADAS E POLÍTICAS DE CONVÊNIO	36
3.1	A CRISE DO ESTADO E PROPOSTAS DE REFORMA	36
3.2	A OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NAS CRECHES CONVENIADAS – A REALIDADE BRASILEIRA	41
4	A PROFISSÃO DOCENTE	49
4.1	A DOCÊNCIA NA CRECHE	61
5	LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	70
6	MÉTODO	74
7	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	79
7.1	SOBRE O MUNICÍPIO PESQUISADO E SUA REDE DE ENSINO	79
7.2	PERFIL DAS PROFESSORAS QUE ATUAM NAS CRECHES CONVENIADAS DO MUNICÍPIO	84
7.3	AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS DOCENTES DAS CRECHES CONVENIADAS	94
7.4	AS CONCEPÇÕES DAS DOCENTES DE CRECHES CONVENIADAS	100
7.5	AS NECESSIDADES FORMATIVAS DAS PROFESSORAS DE CRECHES CONVENIADAS E SEUS CONHECIMENTOS SOBRE LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL REFERENTE À EDUCAÇÃO INFANTIL E, MAIS ESPECIFICAMENTE, À CRECHE	133
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
	REFERÊNCIAS	147
	Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	159
	Apêndice B – Questionário	161

1 INTRODUÇÃO: O CAMINHAR

Nasci em uma manhã de 11 março de 1981, na pequena cidade de Jales, interior do estado de São Paulo, oito anos depois de minha única irmã, filha de um casal de agricultores, cujo sustento vinha da cafeicultura e da criação de gado de leite. Cuidada quase que exclusivamente por esta irmã, enquanto meus pais trabalhavam na lavoura, pude crescer em contato com a natureza e seus elementos. Além disso, por morar na zona rural, sem vizinhos por perto, brincava muito tempo sozinha, exercitando minha imaginação com meus amigos invisíveis, personalizados nas bonecas de milho, nos bonecos de barro ou nos galhos das árvores.

Assim como Paulo Freire (KOHAN, 2018), minha infância foi marcada por este contato muito próximo com a natureza, especialmente as árvores cujas sombras e galhos foram morada de muitas brincadeiras, sozinha ou acompanhada por alguns primos. O grande quintal era o meu mundo, acolhedor de minhas aventuras de criança e das primeiras descobertas sobre mim, o outro e a natureza.

Não frequentei a Educação Infantil, mas considerando as formas mais recentes de enxergar as experiências das crianças, deixando de lado a referência adultocêntrica e incorporando a realidade infantil (FRIEDMANN, 2016), concluo que as experiências do meu cotidiano, na interação com adultos e crianças da família, ou livres, sem qualquer interação que não fosse a minha imaginação, contribuíram para o meu desenvolvimento cognitivo, emocional, relacional e corporal, tornando-se a base para a adulta que me tornei.

Devido à dificuldade de acesso à cidade, ingressei na Educação Básica aos sete anos, na primeira série do Ensino Fundamental, em uma escola conhecida na época como “padrão”. Gostei da professora, que chamávamos de Tia Zinha, mas lembro de que ela era muito rígida e não tinha proximidade com as crianças que alfabetizava. Recordo-me perfeitamente da tarjeta rosa com meu nome (apoio para a escrita), que continha um carimbo da Mônica (Turma da Mônica). Algumas amigas desta época permanecem até hoje.

Da segunda até a quarta série, minha professora foi a Tia Olinda. O que mais nitidamente me lembro é o carinho e afeto que ela tinha por mim e outras colegas. Um episódio em particular chama a atenção. Ela pediu que eu nunca fosse professora, sinal que, para ela, a profissão não era tão interessante, o que parece demonstrar um sentimento de insatisfação profissional, talvez desencadeado pela percepção de desvalorização, ou de desprofissionalização que, segundo Nóvoa (2017), pode se

manifestar de diversas maneiras, como baixos níveis salariais, condições de trabalho difíceis na escola e as lógicas de burocratização e controle.

Outro episódio deste período, na segunda série, marcou decisivamente minha trajetória escolar. Em uma atividade de Educação Física, com a professora Carla, fiz um movimento errado, num jogo em equipe, e ela veio até mim e gritou de forma muito ríspida e amedrontadora, na frente de todos os colegas de sala. Nunca mais gostei dessa disciplina, sendo a única que jamais alcancei um conceito A em toda a trajetória na Educação Básica, tinha vergonha e medo de errar na frente de outras pessoas.

O ingresso no Ensino Fundamental II foi um grande desafio, pois tínhamos medo da reputação dos professores, especialmente dos docentes Joaquim, de Ciências; Márcia, de Português e Inácia, de Matemática. Eles eram muito rígidos, não permitiam conversas paralelas na sala de aula. A educação era baseada na transmissão de conhecimentos, com exíguo espaço para o diálogo dos alunos. Seguíamos as regras por medo de punição e por afeto aos professores, não porque as entendíamos como necessárias, ou seja, éramos totalmente heterônomos, com controle essencialmente externo. Atualmente, pesquisas apontam como a escola influencia significativamente na formação moral das crianças e jovens, oferecendo um ambiente cooperativo, que incentive a autonomia, ou autoritário, que eleve a heteronomia (VINHA; TOGNETTA, 2009).

Foi uma época onde vi e experienciei vários episódios de *bullying*, pois era moradora da zona rural (“pé vermelho”), estava um pouco acima do peso (“gorda”, “baleia”) e era considerada pelos professores uma boa aluna (“CDF”). Não tenho na lembrança nenhum momento de intervenção de adultos nestes episódios que ocorreram e ainda ocorrem em quase todas as escolas, de forma sistemática, na relação horizontal entre as crianças e jovens, mas com desequilíbrio de poder, com a presença de um autor, uma vítima e de espectadores, com o intuito de humilhar e desestabilizar, podendo levar à depressão e ao suicídio jovens que não conseguem pedir ajuda e/ou serem ouvidos (TOGNETTA, 2017).

O ambiente escolar, devido a sua diversidade de personalidades, é um ambiente natural de conflitos interpessoais, que podem ser construtivos ou destrutivos – a postura do professor será o diferencial, de acordo com a qualidade de suas intervenções (VINHA; TOGNETTA, 2009), o que claramente não aconteceu em minha vida escolar.

Apenas na sétima série a professora Vilma, de Língua Inglesa, nos proporcionou uma atividade onde pudemos exercer nossa autonomia e criatividade,

montando e apresentando um musical inspirado no filme “O rei leão”, lançado à época. Foi inesquecível.

O Ensino Médio foi bastante diferente pois, já adolescentes, com um número maior de disciplinas e, conseqüentemente, professores, cujas personalidades eram distintas dos professores conhecidos nos anos escolares anteriores, havia uma liberdade para a conversa e a participação, mas que foram entendidas pelos alunos como sinônimo de “bagunça” e desobediência às regras. Após estudos sobre o desenvolvimento moral e como adulta educadora, percebo que esta reação que tivemos e que vejo atualmente em muitos ambientes escolares deve-se à imposição das regras, que devíamos seguir apenas pela obediência à autoridade, sem um processo de compreensão da razão delas existirem, nem de reflexão sobre as possíveis consequências do não cumprimento delas (VINHA; TOGNETTA, 2009).

Ao final do Ensino Médio prestei vestibular para tentar ingressar no curso de Letras, no Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Câmpus de São José do Rio Preto – Unesp/Ibilce, após ganhar a inscrição como uma das melhores alunas no Terceiro Ano. Infelizmente, fiquei na lista de espera e não fui chamada. Meus pais achavam que já tinha estudado o suficiente e não me deram apoio para continuar tentando, pois não iriam me ajudar a mudar de cidade e estudar (morava em Urânia/SP, na época), e desejavam que eu permanecesse com eles, trabalhando na lavoura, me casasse e tivesse filhos.

No entanto, meu desejo era continuar a estudar, por isso a única saída foi fazer o curso noturno de Técnico em Contabilidade, oferecido na cidade, assim podia trabalhar com meus pais durante o dia e estudar à noite. Apreendi muito, mas não era o que queria seguir.

Com o apoio de minha irmã, que àquela altura estava casada e ajudando meus pais na condução da agricultura familiar, consegui ingressar na faculdade privada (FAI – Jales). Meu desejo inicial era cursar Jornalismo, porém os cursos ficavam em outras cidades e eram caros, distante das minhas possibilidades financeiras, por isso pensei na licenciatura, que era acessível, pelo valor e pela localização da faculdade, na cidade vizinha. Considerei também que sempre gostei de ler e escrever e lembrei da admiração que nutria por minha professora de Língua Portuguesa, dona Márcia, escolhendo assim cursar Letras (Português e Inglês). Segundo Nóvoa (2017), este tipo de escolha pela docência é inaceitável, residindo na primeira fragilidade da profissão, por isso, na universidade, é preciso uma reflexão sobre a docência, com

um trabalho sistemático e aprofundado, nas dimensões cultural e científica, ética e na compreensão da imprevisibilidade na profissão.

Não foi assim que aconteceu comigo. Saí da faculdade com a impressão de que tive professores excelentes. Tantos anos depois, ainda reconheço o quanto eram bons em suas especialidades/disciplinas, porém, no que se refere ao ser professor, ao construir essa identidade, foi deficitário. Foi dada demasiada importância às disciplinas, ao que teríamos que ensinar aos alunos, mas não ao como fazer e agir frente a tantas demandas que o professor enfrenta no ambiente escolar, para além do conhecimento teórico, especialmente nas relações interpessoais entre alunos-alunos, alunos-professores, professores-professores, professores-gestores, professores-comunidade.

Acredito que a disciplina de estágio supervisionado poderia ter contribuído mais neste aspecto, porém ele se realizava na simples observação, comigo sentada no fundo da sala, sem qualquer interação com a docente que ministrava a aula ou com as crianças. E não é possível formar professores sem a presença de outros professores e sem essa experiência nas escolas, pois o trabalho na universidade se completa com a parceria e corresponsabilidade dos professores da Educação Básica também como formadores (NÓVOA, 2017).

Graduada em dezembro de 2004, aventurei-me rumo ao desconhecido. Fui morar na periferia de São Paulo, no bairro Parque Santo Antônio, conhecido na época como pertencente ao Triângulo da Morte (Parque Santo Antônio, Jardim Ângela e Capão Redondo), para trabalhar como professora substituta/eventual na rede estadual de ensino, tanto para ensino regular como para EJA (Educação de Jovens e Adultos). Trabalhava em duas escolas, uma no bairro em que morava e outra no Jardim Macedônia. Tive poucas oportunidades de aplicar o conhecimento de especialista que tive na faculdade, pois substituía qualquer professor que faltasse, em qualquer disciplina, de Artes a Física, e as dificuldades com os alunos eram enormes, pela indisciplina e pelo desrespeito com professores substitutos como eu.

Além disso, não podia participar de horários coletivos de formação, pois não tinha aulas atribuídas, por isso não fazia trocas com meus colegas, nem análise sistemática de meu trabalho para recomposição das práticas pedagógicas (NÓVOA, 2017). Hoje percebo que essa dificuldade atravancou a construção de minha identidade como profissional docente, pois não tive, por muitos anos, a oportunidade de me aprofundar no meu agir, uma vez que meu cotidiano não possuía uma rotina de trabalho, nem de estudos, além de não poder fazer trocas com colegas mais

experientes de profissão, uma vez que não podia participar dos encontros de formação continuada em serviço ou os oferecidos pela Secretaria Estadual de Educação. Por dois anos, a fim de garantir meu sustento, pois a substituição era incerta, lecionei em uma escola particular no bairro Ana Rosa, zona sul de São Paulo, para alunos do Ensino Médio reprovados anteriormente em escolas de alto padrão da cidade e então ingressantes na EJA para aceleração de estudos.

Foram quatro anos atuando nestes moldes, até que ingressei por meio de concurso público na rede municipal de São Paulo, em 2009, como professora de Língua Portuguesa e depois também como de Língua Inglesa (dois cargos acumulativamente). Nesta época, pude participar das formações oferecidas, tanto na escola quanto pela Secretaria Municipal de Educação, além dos ofertados pelo sindicato da categoria. Foi um período de muito aprendizado em minhas especialidades (Línguas Portuguesa e Inglesa), porém a sobrecarga de trabalho era enorme, tinha várias turmas atribuídas, a burocracia ocupava bastante tempo e, em nenhum destes inúmeros cursos, abordou-se a temática da identidade docente ou qualquer reflexão sobre a profissão.

Após alguns anos exonerei um dos cargos no município e retornei à rede estadual por concurso público, ministrando aulas para o Ensino Médio, no período noturno. A partir desse momento, transitando pelas duas redes concomitantemente, percebi que as metodologias de ensino não diferiram significativamente entre os docentes, apesar de as condições de trabalho referentes a remuneração e formação serem muito diferentes entre Estado e Município, o que me fez refletir mais sobre a profissão docente e sua identidade e propósito. Para Nóvoa (2017), é preciso ter disposição pessoal para a profissão, o que me parecia não existir em todos os colegas, o que acredito impactar no fazer docente e, conseqüentemente, na aprendizagem das crianças e jovens.

Após 11 anos exercendo a docência no Ensino Fundamental II e Ensino Médio na cidade de São Paulo, em razão da idade avançada de meus pais, decidi voltar ao interior. A oportunidade que surgiu foi por meio de um concurso público para o cargo de diretor de escola na cidade de Fernandópolis, localizada no interior do estado de São Paulo, o primeiro concurso do município para este cargo.

No momento da posse escolhi trabalhar em uma escola de Educação Infantil, na região central. Tive muitos desafios, primeiramente pela função, pois era algo novo no meu percurso profissional, uma vez que nunca havia trabalhado com gestão escolar. Além disso, fui a primeira diretora efetiva da unidade, e várias professoras da

instituição foram diretoras de escola, indicadas pelo prefeito, então as comparações e a pressão eram constantes. Outro desafio, talvez o mais importante, era a etapa atendida: creche e pré-escola, com turmas parciais e integrais, com docentes, estagiárias, recreacionistas, merendeiras, trabalhadoras terceirizadas e sem agente administrativo na secretaria escolar. Felizmente, tive uma coordenadora pedagógica (Daniela) que se tornou minha parceira e me ensinou muito sobre a gestão e a Educação Infantil.

Conhecer a Educação Infantil foi um divisor de águas em minha carreira profissional, pois o conhecimento sobre as especificidades desta etapa e a observação do cotidiano das crianças fez-me compreender sua importância na formação das crianças e, conseqüentemente, na importância do professor nesse processo, o que denota formação inicial consistente e continuada de qualidade.

Ecoando as ideias de Paulo Fochi (2017), as crianças devem ser o centro do processo educativo, por meio de uma observação atenta do cotidiano infantil, que é terreno fértil para o professor criar oportunidades pedagógicas para que as crianças possam ser protagonistas de sua aprendizagem, a partir da articulação de seus saberes com os conhecimentos socialmente produzidos, alargando os horizontes destas crianças. O cotidiano na Educação Infantil é desencadeador das aprendizagens, por meio das interações e brincadeira, seus eixos estruturantes.

No entanto, para que isso aconteça, é importante uma postura respeitosa em relação à cultura infantil e que o docente se predisponha a escutar as crianças, esteja aberto ao espontâneo, acompanhe-as em seus percursos, comunique-se com elas, na linguagem delas (FRIEDMANN, 2016).

Ao completar três anos na direção de escola, surgiu a oportunidade de, por meio de concurso público, ingressar na Supervisão de Ensino da cidade de São José do Rio Preto/SP. Atualmente supervisiono nove escolas, sendo três de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) e seis de Educação Infantil (Creche e Pré-escola), totalizando aproximadamente 3.000 alunos. Das escolas de Educação Infantil, uma pertence à iniciativa privada e cinco são municipais. Destas, uma é conveniada com o Poder Público Municipal, o que me permite comparar as condições de trabalho oferecidas para os profissionais da rede municipal e da escola conveniada, que compreendem salários menores, menor tempo de horários de estudo e a impossibilidade de participar dos cursos de formação continuada oferecidos para a rede municipal, o que me incomoda de forma demasiada, pois percebo os impactos nas práticas cotidianas das docentes.

Quanto ao meu ofício, a supervisão deixou de ser somente fiscalizadora para se tornar parceira da gestão, com orientações administrativas e pedagógicas, acompanhando os processos no interior da escola e buscando intervir para a melhoria da qualidade de ensino e das condições de trabalho. É uma grande responsabilidade, que exige muito estudo, seriedade e dedicação. Hoje, é o que me impulsiona a buscar cada vez mais conhecimentos, especialmente relacionados à Educação Infantil, uma vez que é a maior etapa atendida em meu trabalho e pelo município. Além disso, com minha pesquisa, pretendo contribuir ainda mais, de forma efetiva, para a qualidade da educação municipal, especialmente no que se refere às creches conveniadas, infelizmente ainda invisibilizadas pelo poder público.

Minhas experiências de vida, desde a infância até o final do Ensino Técnico, fizeram-me escolher a licenciatura. Depois de graduada, a riqueza de meu percurso profissional, que proporcionou desenvolver o trabalho com crianças de seis meses a idosos (Educação de Jovens e Adultos), sob diferentes perspectivas, trouxe-me até aqui.

Atualmente, como supervisora de Ensino, agradeço pelas oportunidades, sucessos e dificuldades pelas quais passei, como professora eventual, contratada, substituta, efetiva, conhecendo as redes pública e privada. Acredito que essas experiências permitem que eu tenha uma visão crítica sobre a educação e me impulsionam a sempre buscar aperfeiçoamento profissional para mim e também para todos os profissionais da educação, pois acredito que o fortalecimento da identidade docente, de suas formações iniciais e continuadas de qualidade e condições dignas de trabalho possam contribuir para uma educação efetiva e de qualidade para crianças e jovens, que contemple as dimensões afetivas e cognitivas.

Para isso, as pesquisas acadêmicas são muito importantes ao apontar acertos e fragilidades do processo educacional, auxiliando na busca de caminhos que levem a propostas de melhorias.

Desta forma, a proposta de levantar o perfil e as concepções das docentes de creches conveniadas deveu-se à minha experiência profissional como supervisora de ensino, que proporcionou conhecer e contrapor o cotidiano escolar de creches municipais conveniadas e de administração pública direta, no que se refere aos aspectos pedagógicos e administrativos. As disparidades relacionadas, principalmente, à forma de contratação, remuneração, carga horária e formação continuada provocaram questionamentos internos e a necessidade de trazer à luz quem são estas docentes, quais suas concepções e necessidades, acreditando que,

assim, seja possível contribuir com a proposição de políticas públicas, primeiramente no próprio município pesquisado e, na medida do possível, em todo território nacional, que visem conhecer e reconhecer estas profissionais e, assim, promover condições adequadas de trabalho e, por conseguinte, de atendimento das crianças pequenas e bem pequenas.

Com esse intuito, apresenta-se a pesquisa produzida que teve como objetivo realizar o levantamento do perfil e das concepções de docentes de creches conveniadas de um município do noroeste paulista. Para isso, fez-se a coleta de dados, com os objetivos de: a) levantar dados quantitativos da rede municipal de ensino (quantidade de creches conveniadas e dados sobre elas – localização, número de alunos, de docentes, de funcionários e funções, agrupamentos, dados das professoras das creches conveniadas); b) levantar dados sobre informações pessoais das professoras que atuam nas creches conveniadas do município (idade, gênero, raça/etnia, estado civil, renda familiar, composição familiar, formação acadêmica e percurso profissional); c) levantar dados sobre as condições de trabalho dessas professoras (carga horária, plano de carreira, forma de contratação, remuneração, quantidade de crianças que atendem, razão adulto/criança); e d) descrever e analisar concepções das docentes de creches conveniadas sobre criança, Educação Infantil, função da creche, especificidades dos bebês de zero a três anos, necessidades formativas, além de seus conhecimentos sobre legislação educacional referente a Educação Infantil.

A fim de realizar a análise dos dados coletados por meio de questionário direcionado às professoras das creches, fez-se mister analisar aspectos concernentes ao trabalho desenvolvido por estas profissionais, devido à convicção da pesquisadora de que tais particularidades podem influenciar pessoal, profissional e socialmente as professoras de crianças de zero a três anos.

A dissertação estrutura-se buscando, primeiramente, traçar a história da Educação Infantil no Brasil, partindo do século XIX ao início do século XXI, para, então, adentrar nos aspectos econômicos e políticos do país que levaram à crise do Estado e às propostas de reforma nas políticas de convênio, o que impactou as creches conveniadas. Além disso, apresenta-se um panorama da oferta de Educação Infantil nestas creches, por meio de números e demonstrando as condições em que esta oferta ocorre no país. Em seguida, retomando o referencial teórico e os dados coletados por meio de pesquisa documental, passou-se à reflexão, embasada em pesquisas de diversos autores, como Gatti (2009; 2019), Alves e Côco (2018; 2019;

2020), Campos (2018), Campos *et al.* (2012) e Barbosa (2010), sobre a profissão docente, buscando conhecer quem são os atuais egressos nos cursos de graduação em Pedagogia e os docentes da Educação Infantil, em especial os que lecionam nas creches, circunscrevendo as professoras das creches conveniadas.

Após a exposição do referencial teórico, apresenta-se o levantamento bibliográfico realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, cujo objetivo era encontrar trabalhos que versassem sobre o mesmo tema e, assim, pudessem enriquecer e situar a pesquisa. É apresentada a metodologia de coleta de dados e inicia-se a análise deles, permeada pelo referencial teórico. Posto este cenário, a dissertação debruça-se em conhecer o município alvo da pesquisa e sua rede de ensino. O tratamento dos dados é realizado por meio de focos de análise (MIZUKAMI *et al.*, 2002).

A dissertação é finalizada com as conclusões da pesquisadora sobre o perfil e as concepções das professoras de creches conveniadas de um município do noroeste paulista. Estas reflexões serão apresentadas nas próximas seções.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil no Brasil passou por inúmeras modificações com o decorrer das décadas, deixando de ser assistencial para dedicar-se à educação, porém, sem se desvencilhar do cuidar, indissociável ao educar. Inevitavelmente, a história pregressa deixa marcas na creche que temos atualmente e influenciam nas concepções sobre esta etapa da Educação Básica, não somente na sociedade em geral, mas também nos profissionais que nela exercem sua profissão e nos governos que legislam sobre sua estruturação. Desta forma, “A profissionalização dos educadores que trabalham na Educação Infantil é um processo cultural que depende da função atribuída à creche e à pré-escola” (OLIVEIRA, 2020, p.21).

Apesar de todos os avanços, há muito o que perseguir sobre aspectos que influenciam na qualidade da educação ofertada nas creches, que são de diversas ordens: oferta de vagas, infraestrutura, materiais disponíveis, quantidade de funcionários, profissionais qualificados, democratização da escola pública, parceria com as famílias, investimentos suficientes para as especificidades da faixa etária atendida, valorização profissional.

Por acreditar que as docentes são elemento essencial no propósito de assegurar a qualidade da Educação Infantil, “pois são responsáveis por imprimir uma base sólida à trajetória escolar bem-sucedida das crianças” (OLIVEIRA, 2020, p. 28), a pesquisa buscou levantar o perfil e as concepções das professoras de creches conveniadas de um município do noroeste paulista e, assim, trazer visibilidade para profissionais que permanecem à margem das políticas públicas. O objetivo de trazer à tona quem são estas docentes, em quais condições trabalham e o que pensam é auxiliar os governos municipais, em colaboração com os demais entes federativos, a refletir sobre o que é uma educação de qualidade para bebês e crianças bem pequenas e como a valorização profissional pode influenciar nessa oferta.

As docentes parecem possuir concepções claras sobre as potencialidades de desenvolvimento na Primeiríssima Infância e a importância que elas desempenham nesse processo, alegando que realizam propostas pedagógicas significativas e convidativas, planejadas de acordo com as especificidades da faixa etária e a importância de reconhecer e respeitar o tempo de aprendizagem de cada criança. Desta forma, as professoras demonstram reconhecer sua importância no processo educacional e por isso sinalizam que o desenvolvimento profissional deve ser constante e que, para isso, necessitam de formação continuada sobre variados temas,

especialmente relacionados à educação inclusiva. Ao elencar os assuntos que gostariam de se aprofundar as docentes marcam quais são suas angústias e, possivelmente, suas lacunas formativas, que escola e poder público devem observar e atentar para a busca de estratégias que assegurem esta formação continuada que siga ao encontro das necessidades desta parcela profissional e das crianças atendidas na creche.

No entanto, como atualmente é estruturada a carga horária docente nas creches conveniadas pesquisadas, os momentos de estudo e troca de saberes entre elas são comprometidos e claramente insuficientes para sanar as necessidades formativas das professoras, considerando a complexidade dos conhecimentos necessários ao fazer pedagógico nas escolas de zero a três anos. Sob esta perspectiva, Oliveira (2020) nos apresenta:

A profissionalização do educador infantil, todavia, não está ligada simplesmente à formação, mas ocorre também com a experiência, com a aprendizagem cotidiana, com as interações construídas com diferentes atores e que conduzem a formas de intervenção em situações específicas. Não é um caminho a ser trilhado individualmente, mas um processo grupal de aperfeiçoamento que continua por todo o período de atuação do profissional (p. 27).

É importante que as docentes reconheçam seu valor no processo educativo com os bebês e crianças bem pequenas, mas também é essencial que respeitem o conhecimento das crianças e sua forma particular de ver, sentir e interpretar o mundo. A criança precisa ter oportunizados momentos de exploração dos espaços, de interação com outras crianças e adultos, de se movimentar, de brincar. Essas premissas devem ser consideradas no planejamento dos tempos, espaços e na escolha dos materiais pedagógicos para realização das atividades, que nem sempre serão dirigidas, como recorrentemente citado pelas docentes no questionário, mas sua espontaneidade precisa ser observada e mediada pelo adulto, quando necessário. Todas as atividades no cotidiano da Educação Infantil são pedagógicas e desta maneira devem ser valorizadas.

Amplamente citado pelas docentes, a dimensão afetiva é indissociável ao processo educacional na Educação Infantil, o que pressupõe respeito e acolhimento das professoras, não somente das crianças, mas também das suas famílias. A parceria entre escola e família demonstrou ser um aspecto importante para estas profissionais, mas algumas pontuações revelaram que essa relação ainda é frágil e as famílias são, por vezes, culpabilizadas pelo comportamento das crianças julgado pelas docentes como inapropriado. Essa postura sugere que reflexões devem ser

proporcionadas para que os papéis e funções de cada segmento sejam revistos e se perceba que a educação de bebês e crianças bem pequenas é um processo tecido por várias mãos, em diferentes momentos e contextos, não de forma estanque e compartimentada, mas dinâmica, espiral e complementar e que, para isso, o diálogo e o respeito são imprescindíveis, buscando o desenvolvimento das crianças nos aspectos cognitivos, psíquicos e sociais.

A rotina mostrou-se valorizada pelas docentes, às vezes apontada como rígida, outras vezes flexível. As professoras assumiram a importância de conhecer as especificidades da Educação Infantil, o que inclui, entre outros aspectos, considerar que os tempos e espaços devem respeitar as especificidades e necessidades dos bebês e crianças bem pequenas. Além disso, citaram vários documentos normativos e diretrizes voltados para esta faixa etária, no entanto, suas respostas indicam certa dificuldade em transpor a teoria para a prática, o que inclusive foi exposto por elas como necessidade de aprofundamento de estudos.

Sendo assim, as docentes, de maneira geral, demonstraram ter comprometimento com a profissão e reconhecimento sobre a importância de suas ações na educação na Primeiríssima Infância. Elas também manifestaram ter conhecimento da legislação referente à Educação Infantil e reconhecem a importância do afeto e do acolhimento em relação às crianças, assim como a necessidade de estabelecer parceria com as famílias. Ao mesmo tempo, algumas fragilidades puderam ser percebidas, no que diz respeito aos tempos das crianças na creche, a valorização da espontaneidade nas atividades cotidianas das crianças, o acolhimento das diferentes culturas e/ou comportamentos das famílias e a transposição da teoria em prática.

Essas constatações imprimem que há a necessidade de maiores investimentos em formação continuada, proporcionada não somente pela coordenação pedagógica da creche, mas também deve ser assegurada pelo poder público por meio da ampliação da carga horária remunerada destinada a este fim e também pela oportunização de formação em rede ou em parceria com IESs parceiras, juntamente com as demais docentes do município, o que atualmente não ocorre. Isso significaria maior aporte financeiro destinado a estas instituições ou a municipalização das creches conveniadas.

Outro fator que merece atenção é a forma de contratação das docentes das creches conveniadas neste município, que ocorre sob a responsabilidade exclusiva das IEICs, sem a existência de concurso público, o que impossibilita uma seleção

pautada nos conhecimentos específicos e nos títulos conquistados pelas profissionais e por isso pode acarretar a contratação de professoras com conhecimentos insuficientes para a educação de bebês e crianças bem pequenas, que são específicos e complexos.

Frente a estas constatações considera-se que o perfil das professoras de creches conveniadas de um município do noroeste paulista, apesar do esforço e comprometimento das profissionais, não atende a todas as necessidades da Educação Infantil, devido a sua complexidade. Para que isso seja possível entende-se que seja necessária vontade política e, conseqüentemente, investimento do poder público em:

- 1) formação continuada, o que compreende maior tempo dedicado aos estudos, de forma remunerada e no ambiente de trabalho, assim como nas Secretarias Municipais de Educação e nas universidades parceiras;
- 2) ingresso nas creches exclusivamente por meio de concurso público ou por formas mais exigentes de contratação, com participação, acompanhamento e supervisão da rede municipal de ensino;
- 3) plano de carreira para todas as docentes, que considere também para este grupo de profissionais a formação acadêmica e o tempo de serviço;
- 4) valorização da profissão docente de creche conveniada, por meio de salários condizentes com sua responsabilidade, sem diferenciação em relação às docentes da rede municipal de ensino.

A pesquisa aponta fragilidades em outros elementos essenciais, como o acolhimento das famílias e as condições de trabalho das docentes no que se refere à quantidade de alunos por turma, oferta de materiais pedagógicos, espaços e tempos adequados à faixa etária atendida e valorização profissional. Esta valorização compreende salário condizente com a formação acadêmica e com a responsabilidade exigida para a função, disponibilização de espaços e materiais necessários ao desenvolvimento do trabalho na creche, oportunidades de participação democrática e horários remunerados para a formação continuada e o desenvolvimento profissional.

Atreladas às políticas públicas de valorização profissional, anterior a qualquer ação, os cursos de graduação em Pedagogia devem ser acompanhados e avaliados criteriosamente, especialmente os cursos na modalidade EaD, a fim de garantir uma formação inicial de qualidade que instrumentalize as licenciandas com os conhecimentos teóricos e práticos necessários ao início da carreira, por meio de

disciplinas específicas sobre a Educação Infantil e estágios supervisionados consistentes e efetivos.

A tarefa de garantir a oferta de educação de qualidade desde a mais tenra idade é um grande desafio imposto à nossa sociedade e, por isso, exige vontade e disposição políticas. Defendemos a garantia de oferta e acesso desta educação de qualidade para todos como responsabilidade do Estado, pois uma sociedade democrática é aquela em que todos os sujeitos têm acesso a uma educação que lhes dê condições para o exercício pleno da cidadania, “sendo a educação condição *sine qua non* de equidade social e sendo este o sentido maior do Estado” (GOERGEN, 2013, p.739), afinal, como aponta Goergen (2013, p.740), “O cuidado com a educação como bem público acessível a todos é certamente o mais importante recurso de que o Estado pode dispor para a realização de sua mais importante função: garantir vida digna e justa de todos em sociedade”.

O presente trabalho não esgota a pesquisa sobre o perfil e as concepções das docentes de creches conveniadas, mas, ao contrário, gera questionamentos capazes de enriquecer ainda mais a discussão e reflexão, como: Quais são os critérios utilizados pelas professoras para a observação das crianças? Como melhor explorar o espaço ao ar livre na creche? Como as docentes interpretam a criação de vínculos das crianças: carência ou demanda natural da faixa etária? Para as professoras, o que significa aprendizagem significativa? Qual o conhecimento teórico que as docentes possuem sobre a aquisição de conhecimentos pelos bebês e crianças bem pequenas? Como as profissionais podem se relacionar com as famílias sem demonstrarem atitudes de cobrança, mas sim de corresponsabilização? Além disso, a observação *in loco* sobre o cotidiano na creche é uma estratégia que abriga a possibilidade de enxergar como o discurso docente se concretiza na prática.

Desta forma, esperamos que este trabalho contribua para a visibilização das docentes de creches conveniadas, para a realização de futuras pesquisas acadêmicas e, por conseguinte, para a qualidade da oferta de Educação Infantil, especialmente na Primeiríssima Infância.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Célia Maria de Castro. Cultura e formação de professores - a cultura na formação de professores. **Salto para o futuro**. Formação cultural de professores. Rio de Janeiro. Ano XX, boletim 07, junho 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/8738170/Forma%C3%A7%C3%A3o_cultural_de_professores_Ano_XX_boletim_07_Junho_2010. Acesso em: 15 jan. 2023.
- ALVES, Kallyne Kafuri; CÔCO, Valdete. Planejamento Pedagógico em instituições conveniadas de educação infantil na região sudeste. **13ª Reunião Regional Sudeste ANPED**. Campinas, 2018. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/3/1560-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.
- ALVES, Kallyne Kafuri; CÔCO, Valdete. Desafios e perspectivas para a formação de professores em instituições conveniadas de educação infantil: diálogo com os marcos legais. **Revista Humanidades e Inovação**. Palmas, v.6, n.15, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1347>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- ALVES, Kallyne Kafuri; CÔCO, Valdete. Indicadores do contexto brasileiro na materialização do convênio na educação infantil. **Eccos – Revista Científica**, São Paulo, n.54, p.1-14, e10581, jul./set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10581>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- ALVES, Nancy Nonato de Lima. “Amor à profissão, dedicação e o resto se aprende”: significados da docência em educação infantil na ambiguidade entre a vocação e a profissionalização. **29ª Reunião Anual da Anped**. Caxambu, 2006. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/amor-profissao-dedicacao-e-o-resto-se-aprende-significados-da-docencia-em-educacao>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- ARENARI, Raquel; CORSINO, Patrícia. Docência na creche: entre simplicidade e sofisticação sutil. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.489-511, maio-agosto. 2020: “Bebês e crianças: cultura, linguagem e políticas. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/46700/33733>. Acesso em: 21 mar. 2022.
- BAHIA, Celi da Costa Silva. Identidade da professora de creche: constituição e condição da docência, **XVI ENDIPE** - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – UNICAMP. Campinas, 2012.
- BARBOSA, Maria Carmem. As especificidades da ação pedagógica com os bebês. I **Seminário Nacional do Currículo em Movimento**. Ministério da Educação. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=16110>. Acesso em: 25 mar. 2022
- BARROCA, Karla Cabral. **Concepções de criança, desenvolvimento e educação infantil**: uma análise interpretativa de familiares e profissionais de creches. 2016. 77

f. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) – Programa de Pós-Graduação Associado em Educação, Culturas e Identidades - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4164785. Acesso em: 04 dez. 2021.

BORGHI, Raquel Fontes; BERTAGNA, Regiane Helena; ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. Subsídios públicos às instituições privadas de Educação Infantil - um estudo em municípios paulistas. **III Congresso Ibero Americano de Política e Administração da Educação**. Zaragoza, 2012. Disponível em: https://anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/RaquelFontesBorghi_res_int_GT7.pdf. Acesso em: 24 fev. 2022.

BORGHI, Raquel Fontes; ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas; ARELARO, Lisete. A relação público-privada na oferta da educação Infantil: continuidades e rupturas. In: Simpósio Brasileiro; **Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação - Direitos Humanos e Cidadania: desafios para as políticas públicas e a gestão democrática da educação**, Vitória, 2009. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2009/281.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 de fev. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BRASIL. INEP/MEC. A pedagogia do cotidiano na (e da) educação infantil. **Em aberto**. Brasília, v. 30, n.100, p. 15-19, set./dez.2017. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/267>. Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. INEP/MEC. Censo da Educação Superior. **Notas Estatísticas 2019**. Brasília-DF, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. INEP/MEC. Censo da Educação Superior. **Notas Estatísticas 2021**. Brasília-DF, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. INEP/MEC. ENADE 2021. **Relatório Síntese de Área - Pedagogia (Licenciatura)**. Brasília-DF, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2021/Enade_2021_Relatorios_Sintese_Area_Pedagogia.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. INEP/MEC. ENADE 2019. **Relatório Síntese de Área - Medicina**. Brasília-DF, 2019. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2019/Enade_2019_Relatorios_Sintese_Area_Medicina.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 07 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 07 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.424**, de 24 de dezembro de 1996. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.790**, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.494**, de 20 de junho de 2007. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.738**, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT [...] e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 12 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 03 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.019**, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco [...]. Brasília, DF. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.024**, de 14 de dezembro de 2015. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 [...]. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13204.htm. Acesso em: 03 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.113**, de 25 de dezembro de 2020. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/L14113.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 20**, de 11 de novembro de 2009. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf. Acesso em: 09 fev. 2022.

BRASIL. MEC/Gabinete do Ministro. **Portaria nº 67**, de 04 de fevereiro de 2022. Homologa o Parecer nº 2/2022/CHEFIA/GAB/SEB/SEB, de 31 de janeiro de 2022, da Secretaria de Educação Básica desta Pasta, que apresenta o piso salarial nacional dos profissionais do magistério da educação básica pública para o ano de 2022. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-67-de-4-de-fevereiro-de-2022-378378895>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. MEC/Gabinete do Ministro. **Portaria nº 17**, de 16 de janeiro de 2023. Homologa o Parecer nº 1/2023/CGVAL/DIFOR/SEB/SEB, da Secretaria de Educação Básica - SEB, que dispõe sobre a definição do Piso Salarial Nacional dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, para o exercício de 2023. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-17-de-16-de-janeiro-de-2023-458228873>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. **Resolução/CIFEB nº 1**, de 10 de julho de 2008. Anexo da Portaria MEC nº 932, de 30 de julho de 2008, que aprova a Resolução da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade para o exercício de 2009. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3941-resolu%C3%A7%C3%A3o-cifeb-n%C2%BA-1,-de-10-de-julho-de-2008>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 01**, de 28 de outubro de 2021. Aprova as ponderações aplicáveis as diferentes etapas, modalidades, duração da jornada [...]. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/14229-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-1,-de-28-de-outubro-de-2021>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 02**, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior [...] e para a formação continuada. Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 05**, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf. Acesso em: 09 fev. 2022.

BRASIL. **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 07 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02_99.pdf. Acesso em: 07 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações sobre convênios entre Secretarias Municipais de Educação e instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas, sem fins lucrativos para oferta de educação infantil**. Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2008/orientacoes_convencios.pdf. Acesso em: 14 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília, DF. 2018. Disponível em: <https://issuu.com/fmcsv/docs/parametros-nacionais-qualidade-educ>. Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 09 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **CONAE**. Documento Base. Relatório Final. 2018. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/Documento_Base_-_Relatorio_Final_da_CONAE_2018.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

BRASIL. MEC. INEP. **Censo da Educação Básica/2020**. Resumo Técnico. Versão Preliminar. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 21 fev. 2022.

BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BORGHI, Raquel Fontes; ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas; ARELARO, Lisete. A relação público-privada na oferta da Educação Infantil: continuidades e rupturas.

XXIV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. **III Congresso Interamericano de Política e Administração**. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2009.

Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2009/index.html>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BORGHI, Raquel Fontes; BERTAGNA, Regiane Helena; ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. Subsídios públicos às instituições privadas de Educação Infantil - um estudo de municípios paulistas. **III Congresso Ibero Americano de Política e Administração da Educação**. Zaragoza, 2012. Disponível em:

<https://anpae.org.br/iberoamericano2012/publicacao.html>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CAMPOS, Maria Malta. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. 6. ed. Brasília: MEC, SEB, 2009.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf>.

Acesso em: 01 mar. 2023.

CAMPOS, Maria Malta. Questões sobre a formação de professores de educação infantil. **Laplage Em Revista**, Sorocaba, vol., n. Especial, p.9-22, set.-dez.2018.

Disponível em:

<https://laplageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1/article/view/409>. Acesso em: 23 mar. 2022.

CAMPOS, Maria Malta, ESPOSITO, Yara, BHERING, Eliana, GIMENES, Nelson, ABUCHAIM, Beatriz, FERNANDES, Fabiana Silva, RIBEIRO, Bruna. A gestão da Educação Infantil no Brasil. Fundação Carlos Chagas. **Estudos e Pesquisas Educacionais**. São Paulo - Fundação Victor Civita, vol. 3. p. 29-102, 2012.

Disponível em: https://fvc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/estudos_e_pesquisas_educacionais_vol_3.pdf.

Acesso em: 16 abr. 2021

CARVALHO, Cristina; GEWERC, Monique. A formação cultural do professor como direito e necessidade. **Revista COCAR**, Belém, v.13, n.25, p.421-436 - jan./abr.2019. Disponível em:

<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2167>. Acesso em: 15 jan.

2023.

CARVALHO, Rodrigo Saballa; FOCHI, Paulo Sergio. Pedagogia do cotidiano: reivindicações do currículo para a formação de professores. **Em Aberto**, Brasília, v. 30, n. 100, p. 23-42, set./dez. 2017. Disponível em:

<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3212/2947>. Acesso em:

19 jun. 2021.

CECCON, Maria Lucia Lemos. **Instituições sem fins lucrativos na Educação Infantil, no município de Campinas**: histórico, dilemas e perspectivas. 2018. 254 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa Educação. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6937222. Acesso em: 04 dez. 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública**. 2. ed. 5. reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CONCEPÇÃO. In: **MICHAELIS**, Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. Brasil: Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/concep%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CORREA, Bianca; ADRIÃO, Theresa. Direito à educação de crianças de até 6 anos enfrenta contradições. **Revista Adusp**. São Paulo, n.48, set/2010. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/48/r48a01.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

CURY, Helena Noronha. Concepções e crenças dos professores de matemática: pesquisas realizadas e significado dos termos utilizados. **Bolema**, Rio Claro - SP, v. 12, n. 13, 1999. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/10640>. Acesso em: 03 jan. 2023.

DELGADO, Ana Cristina Coll; BARBOSA, Maria Carmem Silveira; RICHTER, Sandra Regina Simonis. Singularidades da docência na creche: interlocução com pesquisas do Brasil. **Revista Humanidades e Inovação**. Palmas, v.6, n.15, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1360>. Acesso em: 30 jun. 2022.

FERNANDES, Fabiana; GIMENES, Nelson; CAMPOS, Maria Malta. Gestão educacional e educação infantil: formas de organização dos municípios para a implementação da política de educação infantil no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 29, n.1, p. 61-78, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/42821>. Acesso em: 20 fev. 2022.

FRANCO, Dalva; DOMICIANO, Cassia Alessandra; ADRIÃO, Theresa. Privatização das creches em São Paulo e seus efeitos sobre a qualidade da oferta. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 22, n.3, p. 80-96, Setembro/Dezembro 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/50491>. Acesso em: 30 jun. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz & Terra, 1992.

FRIEDMAN, Adriana. **A vez e a voz das crianças**: escutas antropológicas e poéticas das infâncias. 1. ed. São Paulo: Panda Books, 2020.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília: UNESCO. 2009. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184682>. Acesso em: 20 abr. 2022.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. **Professores do Brasil**: novos cenários de formação. Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367919/PDF/367919por.pdf.multi>. Acesso em: 20 mar. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

GOERGEN, Pedro. A educação como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. **Educ. Soc.** Campinas, v.34, n.124, p. 723-742, jul.-set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/fnSxbMMFwkM6kqxVrR5Z8Gc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2022.

HUBERMAN, Michael. O Ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Portugal: Porto Editora, p. 31-61, 1992. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4955745/mod_resource/content/1/Huberman-m-o-ciclo-de-vida-profissional-.pdf. Acesso em: 01 maio 2022.

KOHAN, Walter Omar. Paulo Freire: outras infâncias para a infância. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 34, e199059, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698x199059>. Acesso em: 19 jun. 2021.

KRAMER, Sonia; NUNES, Maria Fernanda. Gestão pública, formação e identidade de profissionais de Educação Infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n.131, p. 423-454, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/364>. Acesso em: 30 ago. 2022.

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e é Fundamental. **Educ. Soc.** Campinas, vol.27, n.96 - Especial, p.797-818, out. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 03 jan. 2022.

KUHLMANN Jr., Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2015.

LENGERT, Rainer. Profissionalização docente: entre vocação e formação. **La Salle - Revista de Educação, Ciência e Cultura**. v. 16, n. 2, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/195>. Acesso em: 20 jan. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e prática**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Heccus Editora, 2018.

MATOS, Daniel Abud Seabra; JARDILINO, José Rubens Lima. Os conceitos de concepção, percepção, representação e crença no campo educacional: similaridades, diferenças e implicações para a pesquisa. **Educação & Formação**, Fortaleza, v.1, n. 3, p. 20-31, set./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/111/94>. Acesso em: 03 jan. 2023.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti *et al.* **Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação.** São Carlos: EdUFSCar, 2002.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Aprendizagem da docência: algumas contribuições de L.S. Shulman. **Revista Educação**, Santa Maria. v. 9, n. 2, p. 33-49, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3838/2204>. Acesso em: 20 set. 2022.

MONTANO, Monique Robain; PERONI, Vera Maria Vidal; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. O Processo de Privatização da Educação Infantil no Âmbito do Fundeb. **Revista de Financiamento da Educação**. Vol. 11 - 2021. n. 28. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/113825>. Acesso em: 30 jun. 2022.

NOGUEIRA, Monique Andries. Formação cultural: questões teóricas. **Salto para o futuro**. Formação cultural de professores. São Paulo, ano XX, boletim 07. Junho/2010. Disponível em: https://www.academia.edu/8738170/Forma%C3%A7%C3%A3o_cultural_de_professores_Ano_XX_boletim_07_Junho_2010. Acesso em: 15 jan. 2023.

NOVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, dez. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-742017000401106&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 jun. 2021.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Docência em formação: Educação Infantil**. 8.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2020.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de; MARANHÃO, Damares; ABBUD, Ieda; ZURAWSKI, Maria Paula; FERREIRA, Marisa Vasconcelos; AUGUSTO, Silvana. **O trabalho do professor na Educação Infantil**. 3. ed. São Paulo: Editora Biruta, 2019.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração geral e pública para AFRT e AFT**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PANIZZA, Mariana Fernandes. **A gestão das creches conveniadas do município de São Paulo: necessidades, desafios e possibilidades formativas na ação supervisora**. 2018. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Formação de Formadores) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Formação de Formadores, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6805194. Acesso em: 04 dez 2021.

PAPI, Silmara de Oliveira Gomes; MARTINS, Pura Lúcia Oliver. As pesquisas sobre professores iniciantes: algumas aproximações. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. v. 26. n. 03. p. 39-56. Dez./2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/edur/a/QbJB85vQGCry6s56Nz9dQdP/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 21 mar. 2022.

PORFÍRIO, Francisco. Liberalismo. História Geral. Idade Moderna. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/liberalismo.htm>. Acesso em: 20 fev. 2022.

PORFÍRIO, Francisco. Liberalismo. Sociologia. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/liberalismo.htm>. Acesso em: 20 fev. 2022.

RIBEIRO, Alice. Escolas conveniadas: parceria com a supervisão. **NOVA ESCOLA**, 01 de outubro de 2012. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2853/escolas-conveniadas-parceria-com-a-supervisao>. Acesso em: 16 abr. 2021.

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia**: escutar, investigar e aprender. 10 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

SANTOS, Cleane Aparecida dos. **Pesquisa-formação com professores da infância**: narrativas e fotografias entrelaçando experiências nas/sobre as culturas escolares. 2017. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Universidade São Francisco. Itatiba, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5058490. Acesso em: 04 dez. 2021.

SANTOS, Marlene Oliveira dos. A solidão profissional de professoras de bebês. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 512-531, maio-ago., 2020: “Bebês e crianças: cultura, linguagem e políticas”. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/46690/33716>. Acesso em: 25 mar. 2022.

SANTOS, Nubia Schaper; ARAÚJO, Víviam Carvalho de; REZENDE, Wagner Silveira. Identidade, docência e formação de professoras que atuam em creches: um diálogo com a pesquisa. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 15, n. 3, p. 29-41, jul./set. 2018. Disponível em: <https://revistas.unoeste.br/index.php/ch/article/view/2451>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Decreto municipal nº 9.674, de 18 de junho de 1998. **Legislação Digital**, 1998. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/SaoJoseDoRioPreto-SP/DecretosMunicipais/9674>. Acesso em: 21 jan. 2023.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Decreto municipal nº 9.969, de 13 de novembro de 1998. **Legislação Digital**, 1998. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/SaoJoseDoRioPreto-SP/DecretosMunicipais/9969>. Acesso em: 21 jan. 2023.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Lei nº 11.767, de 22 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação- PME. **Leis Municipais**, 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-sao-jose-do-rio-preto-sp>. Acesso em: 13 jan. 2023.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Secretaria de Educação. **Resolução SME nº 05/2011**, de 21 de junho de 2011. Dispõe sobre o módulo de pessoal das Escolas de Educação Infantil de Período Integral da Rede Conveniada. Disponível em: https://atemeducacao.files.wordpress.com/2014/03/resolucao_05_2011_modulo_creches.pdf. Acesso em: 24 ago. 2022.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Sindicato das Instituições Benéficas, Filantrópicas e Religiosas de São José do Rio Preto. **Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023**. Disponível em: <http://sindbeneficente.org.br/files/downloads/Convencoes%20Coletivas/SINDBENEFICENTE%20-%20CCT%202022-2023%20-%20REG.%20RIO%20PRETO.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo. **Currículo Paulista**. São Paulo: SEESP/UNDIME-SP, 2019. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2019/09/curriculo-paulista-26-07.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SHULMAN, Lee S. Conhecimento e ensino: fundamentos para a nova reforma. **Cadernos Cenpec**. São Paulo. v. 4. n. 2, p. 196-229, dez. 2014. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/293/297>. Acesso em: 21 mar. 2022.

SILVA, Mariana Verissimo da. **A qualidade da educação das crianças de zero a três anos**: um estudo a partir das concepções das famílias de uma creche conveniada no município de Curitiba. 2020. 197 f. Dissertação Setor de Educação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9249853. Acesso em: 04 dez. 2021.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

THESING, Mariana Luzia Corrêa; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. A pesquisa em educação: aproximações iniciais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 3, p.1839-1853, jul.-set./2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v12.n.3.2017.9644>. Acesso em: 19 jun. 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. Editora Moderna, 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino et. al. Bullying e cyberbullying: quando os valores morais nos faltam e a convivência se estremece. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. Araraquara, v. 12, n. 3, p. 1880-1900, jul.-set./2017.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v12.n.32017.10036>>.E-ISSN:1982-5587. Acesso em: 19 jun. 2021.

TRISTÃO, Fernanda Carolina Dias. Ser professora de bebês: uma profissão marcada pela sutileza. **Revista Zero a Seis**, Florianópolis, v. 6, n. 9, jan.-jun. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/9360/8612>. Acesso em: 25 mar. 2022.

VIEIRA, Geane Carneiro Santos; PESCE, Lucila. Dialogismo e empoderamento na formação docente continuada in loco. In. PESCE, Lucila (Org.) **Inclusão digital e empoderamento freireano**: a formação de professores da educação básica em uma perspectiva dialógica e autoral. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em: https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_lucila_completo_flash. Acesso em: 20 jan. 2023.

VINHA, Telma Pileggi; TOGNETTA, Luciene Regina Paulino. Construindo a autonomia moral na escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 525-540, jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3316/3226>. Acesso em: 19 jun. 2021.